

Pedido de autorização para viagem a Dubai gera discussão no Legislativo

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

A Câmara Municipal de Pato Branco votou na sessão ordinária dessa quarta-feira (22) pedido de autorização, através do Ofício nº 412/2021/GP do Executivo Municipal, para que o prefeito de Pato Branco, Robson Cantu (PSD), possa deixar o país para participar de um evento internacional, no próximo mês, por 16 dias.

“Em atendimento ao que preconizam os artigos 14, inciso XIV, e 50, ambos da Lei Orgânica Municipal, vimos através do presente solicitar a Casa de Leis autorização para ausentar-me do Município e do país no período de 03 a 18 de outubro de 2021, em viagem à Dubai – Emirados Árabes Unidos, para representar o Município na Expo Dubai 2021, com o objetivo de divulgar as potencialidades do nosso Município e buscar novas tecnologias, tendências e inovações”, enfatizou o documento assinado pelo prefeito.

Legislação

O pedido de autorização é necessário tendo em vista a legislação. O artigo 14, inciso XIV, da Lei Orgânica Municipal, destaca que compete à Câmara Municipal autorizar o prefeito a ausentar-se do município e do país por mais de 15 dias, conforme a alteração feita pelo artigo 1º da Emenda à LOM nº 22, de 20 de dezembro de 2017.

Ainda, o artigo 50 determina que o prefeito não poderá, sem licença da Câmara, ausentar-se do município e do país por período superior a 15 dias, sob pena de perda de mandato. Porém poderá licenciar-se, de acordo com o parágrafo primeiro, para desempenhar missão oficial de interesse do município. Contudo, con-



O debate sobre a viagem do prefeito a Dubai ocorreu na sessão dessa quarta-feira (22)

forme o parágrafo terceiro, precisa oficiar à Câmara “comunicando o destino, o prazo de duração e os objetivos de sua viagem”.

O ofício protocolado na quarta-feira (22) foi lido em plenário. Mediante o que determina a lei, foi preciso deliberar o pedido ainda na sessão, sem passar pelas comissões. Houve questionamento por parte dos vereadores quanto ao horário em que o ofício foi protocolado, 11h54, que alegaram que o prazo foi extrapolado, tendo em vista que os parlamentares têm até, no máximo, 11h para protocolar os documentos.

Falta de informações

O vereador Romulo Faggin (PSL) questionou a falta de informações, como, por exemplo, a relação das pessoas que farão parte da comitiva de Pato Branco, junto com o prefeito, nessa viagem a Dubai. Frisou ainda a falta de transparência do Executivo ao encaminhar

o pedido ao Legislativo.

“No meu ponto de vista também deveria conter no ofício o valor que vai custar a viagem e qual o projeto que será levado. Assim, como tem tempo ainda, sugiro que seja retirada de pauta a votação desse ofício, para o envio das informações à Casa de Leis e análise por parte dos vereadores. Afinal, como é suposto que empresários também façam parte da comitiva, e se tratando de dinheiro público, é preciso saber exatamente quanto vai custar a viagem e para quem ela será paga”, enfatizou.

No entanto, o presente da Câmara, vereador Joeir Bernardi (PSD), explicou que não seria possível, pois nesse caso a votação precisava ocorrer imediatamente, conforme a lei.

Celeridade da aprovação

O vereador Eduardo Albani Dala Costa (MDB) também se manifestou sobre o

assunto. Ele salientou que entende que a viagem é importante para o município, para buscar novas tecnologias, mas que o que lhe causou estranheza foi a celeridade da aprovação.

Representando o Brasil

O vereador Marcos Junior Marini (Podemos) ressaltou que a viagem é importante, inclusive pelo convite do governador do Estado, que estará representando o Brasil na grande feira que é a Expo Dubai 2021.

“É quase uma Copa do Mundo na área dos negócios e o Estado vai representar o país. Dentro dos municípios do Paraná, Pato Branco foi contemplada. Inclusive a UTFPR também foi convidada e estará presente. Quando se fala em desenvolvimento, não são pautas de passeio, são pautas para buscar oportunidades. É uma janela difícil de conseguir, de que o governo do Estado convide o municí-

pio para representar o Estado em um evento como este. Concordo que deveria ter mais informações, mas questionar uma pauta dessas me preocupa, quando se fala em desenvolvimento”, destacou.

Já a vereadora e procuradora da mulher, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) destacou a importância de o prefeito ir à Dubai representar o município, mas concordou com o fato de que era necessário terem sido disponibilizadas informações, como o custo da viagem e a relação de quem irá acompanhá-lo.

Negociações

O vereador Claudemir Zanco (PL) também concordou. Segundo ele é importante a Casa ter informação sobre qual comitiva vai a Dubai e o que Pato Branco estará levando para lá. “Porque estamos autorizando uma viagem a Dubai e não temos nenhuma informação, apenas que há um espaço para os empresários

de tecnologia da cidade de Pato Branco, dentro de um estande do governo do Estado do Paraná. Não sabemos quais empresas vão, que tipo de negociação está se pretendendo com os empresários de Pato Branco, nem qual o retorno financeiro previsto com a viagem. Não temos nenhuma outra informação. É outra falha do Executivo. Nem o líder do governo, nem o presidente da Casa sabem sobre isso”.

Governo

O líder do governo na Câmara, vereador Lindomar Brandão (DEM), enfatizou que o que estava em votação no momento era apenas a autorização para a saída do país, já a questão dos recursos e a relação de quem fará parte da comitiva serão disponibilizados ‘a posteriori’ via Portal da Transparência ou requerimento.

Votação

Ao fim da discussão o ofício do Executivo foi aprovado por dez votos favoráveis.

Financiamento para Programa Educação para o Futuro é aprovado na Assembleia

Alep

Os deputados aprovaram na terça-feira (21), na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), a proposta que busca financiamento para o Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná. O projeto de lei 441/2021, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Governo do Estado a contratar operação de crédito

externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento parcial do Programa. O texto foi aprovado em primeira e em segunda votações, em duas sessões plenárias, sendo uma ordinária e outra extraordinária. Com a dispensa de votação da redação final aprovada, a matéria agora segue para sanção,

ou veto, do governador Carlos Massa Ratinho Junior.

O projeto tem o objetivo de autorizar a operação de crédito no valor de até US\$ 90,5 milhões junto ao BID. O Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná, que deverá ser criado pelo chefe do Executivo, pretende construir uma proposta pedagógica para o Ensino Médio, com

o objetivo de elevar a frequência escolar e reduzir o abandono, expandindo o uso de ferramentas e tecnologias educacionais a serviço do processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, visa fortalecer a Educação Profissional para elevar a taxa de empregabilidade dos alunos concluintes. Também pretende reformar e ampliar esco-

las já existentes, construindo unidades escolares de referência, com foco na expansão da Educação Profissional de nível médio. Com isso, o Governo pretende ampliar em 35 mil o número de vagas da Educação Profissional.

O Governo justifica que a opção pela operação de crédito se dá “pela baixa capacidade de investimen-

to da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) por meio do orçamento próprio”. Ainda segundo o Executivo, a falta de recursos “tem inviabilizado o investimento em diversas ações que proponham solucionar os persistentes desafios de aprendizagem, permanência e abandono escolar na rede pública estadual do Paraná”.

Projeto cria a lei de incentivo à cultura do bambu

Alep

Protocolado na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), na quarta-feira (22), o projeto 492/2021 tem por objetivo criar a lei de incentivo à cultura do bambu, com a disseminação do seu cultivo agrícola e a valorização do bambu como instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado por meio de suas múltiplas funcionalidades. A proposta é assinada pelos deputados Goura (PDT), Boca Aberta Jr. (PROS), Reichembach (PSC) e Luciana Rafagnin (PT).

Na próxima segunda-feira (27) ganhará a adesão, como coautor, do deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB) que apresentará o requerimento na sessão plenária.

Segundo Romanelli, a proposta é relevante uma vez que o bambu tem vários tipos de aplicação. “É uma proposta de lei muito inovadora, seja no aspecto ambiental ou econômico. A planta se enquadra no conceito de desenvolvimento sustentável”, avaliou.

A lei propõe a valorização do bambu como produto agrícola capaz de suprir necessidades ecológicas, econômicas, sociais e culturais. “Esta iniciativa pode beneficiar as pequenas propriedades, criando uma nova fonte de renda para a agricultura familiar. O bambu pode virar matéria prima ou alimento”, afirmou.

A proposta objetiva ainda o desenvolvimento tecnológico do cultivo, do manejo sustentado e das aplicações do bambu; a implantação de polos bambuzeiros, centros de referência em cultivo e beneficiamento do bambu, em especial nas regiões cuja produção agrícola baseia-se em unidades familiares de produção e no entorno de centros geradores de tecnologia aplicáveis ao produto; o aumento da oferta de emprego e renda a partir do desenvolvimento da exploração dessa cultura; e o estímulo ao comércio interno e externo do bambu e seus subprodutos.

REPRODUÇÃO/ALEP



O texto destaca ainda que o bambu é de fácil manuseio, rápido crescimento e pode ajudar no combate à fome

Pesquisadora apresenta na Câmara estudo sobre o trânsito de Pato Branco

ASSESSORIA/CMPB



Gabriela destacou a importância do estudo na tomada de decisões para melhorias no trânsito

Cristina Vargas

cristina@diariodosudoeste.com.br

Na sessão ordinária de quarta-feira (22), o espaço para participação de convidados foi ocupado pela mestra em Engenharia Civil, Gabriela Legramanti, que apresentou o estudo que vem realizando há cerca de seis anos sobre o trânsito de Pato Branco, mapeando os acidentes.

Gabriela concluiu o curso de mestrado em Engenharia Civil, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Pato Branco, e tem pesquisado a situação do trânsito através do estudo “Utilização de Sistema de Informações Geográficas na tomada de decisões do sistema viário com base em dados de acidentes de trânsito no município de Pato Branco”.

A pesquisadora foi convidada para participar da sessão pelos vereadores Claudemir Zanco (PL), Eduardo Dala Costa (MDB), Januário Koslinski (PSDB),

Marcos Marini (Podemos) e Romulo Faggion (PSL).

Durante a sessão, os parlamentares ainda apresentaram seis indicações, 22 requerimentos e foi feita a leitura do Projeto de Lei nº 165, de 2021, de autoria dos vereadores Eduardo Dala Costa (MDB), Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) e Romulo Faggion (PSL), que institui o Programa IPTU Verde, em Pato Branco.

Estudo

Durante sua explanação, Gabriela apresentou o mapa dos acidentes de trânsito registrados pela Polícia Militar, entre os anos de 2014 e 2019, no perímetro urbano de Pato Branco.

Ela destacou ainda a importância da realização deste estudo e da continuidade da alimentação dos dados, pois, de acordo com a pesquisadora, as informações levantadas poderiam ser utilizadas na tomada de decisões quanto a melhorias no trânsito. Isso tudo com o

objetivo de melhorar a trafegabilidade e a segurança, como, por exemplo, a retirada ou instalação de sinalização semafórica, mudança de sentido das vias, entre outras.

Entrevista

Em entrevista ao Diário do Sudoeste no mês passado, Gabriela contou detalhes sobre o estudo que vem mapeando os acidentes ocorridos no trânsito de Pato Branco, ao longo desse período, sob a orientação do professor doutor Ney Tabalipa.

Segundo ela, o trabalho foi feito com o objetivo de demonstrar a utilidade do Sistema de Informação Geográfica (SIG) para o planejamento urbano, especialmente a partir da análise de acidentes de trânsito.

De modo geral, conforme a pesquisadora, o SIG consiste em colocar informações em um mapa. Para sua pesquisa, Gabriela localizou no mapa da cidade mais de 5.300 ocorrências registradas pela polícia

no período de cinco anos. “Cada ocorrência de acidente vai ser um ponto do mapa. E cada ponto de ocorrência tem várias informações contidas, como horário, o dia, os dados do condutor do veículo”, detalha.

Viabilidade

Gabriela explicou que o estudo se concentrou em demonstrar a viabilidade do SIG para o planejamento urbano. A partir do sistema é possível gerar mapas, identificando, por exemplo, as regiões com maior número de acidentes, que tem demonstrado que a maioria vem ocorrendo na região central do perímetro urbano.

Durante a sessão, a pesquisadora foi convidada pelo vereador Lindomar Brandão (DEM), líder do governo na Câmara, para apresentar o estudo ao prefeito Robson Cantu, em data ainda a ser confirmada, para que possa contribuir com as tomadas de decisões para melhorias no setor de trânsito de Pato Branco.

Rubens Bueno vota a favor de isenção de IR para aposentados com sequelas de Covid-19

Assessoria

O deputado federal Rubens Bueno (Cidadania-PR) ajudou a aprovar, nesta quarta-feira, projeto (PL 1100/21) que concede isenção do Imposto de Renda para aposentadoria, reforma ou pensão recebidos por pessoa com sequelas da Covid-19. A matéria segue agora para o Senado.

De acordo com o parlamentar, o projeto reconhece que os efeitos da pandemia

sentidos por empresários e trabalhadores, também alcançou os brasileiros de classe média, que até o momento não haviam sido atendidos por nenhuma medida mais específica.

“Muitos deles terão que conviver por anos ou por toda a vida, com as sequelas e complicações à sua saúde causadas pela Covid-19. A medida que aprovamos hoje completa o leque de ações promovidas pelo Congres-

so Nacional ao incluir entre seus beneficiários uma parcela da sociedade para a qual nenhuma ação mais abrangente havia sido adotada até então”, ressalta Rubens Bueno.

Pelo projeto, a isenção deverá ser concedida com base em conclusão da medicina especializada e valerá mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria, reforma, reserva remu-

nerada ou concessão da pensão. Segundo o texto, o benefício valerá a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de publicação da futura lei.

O PL 1100/21 também isenta os segurados da Previdência Social de carência para acessar benefícios como o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez quando apresentarem complicações ou sequelas graves de Covid-19.

SEBRAE **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 23/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA PARA O ESCRITÓRIO REGIONAL DO SEBRAE/PR NA CIDADE DE PATO BRANCO/PR.

ENVIO DAS PROPOSTAS ATÉ: 04 DE OUTUBRO DE 2021 ÀS 09:30 H.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇO: 04 DE OUTUBRO DE 2021 ÀS 10:00 H.

PREGOEIRO: RAFAEL STALLMACH COSTA KADRI **Informações:** www.sebrae.com.br/canaldofornecedor | www.redempresas.com.br

AMZ
Arquitetura e Engenharia

Serviços Prestados: •Projeto Arquitetônico;
•Projeto Estrutural; •Projeto Hidrossanitário e Elétrico;
•Projeto de Prevenção de Incêndio; •Avaliações e Perícias;
•Reforma •Execução •Acompanhamento de obras
•Regularização de obra

Mauricio Zarth | André Zarth Bruschi
☎ 46 98829-4042 | ☎ 46 99917-6158 | www.amz.arqeng.com
✉ amzarqeng@outlook.com

Rua Francisco Xavier, 410, La Salle, Pato Branco

Assistência Social desenvolve oficina de bioabsorventes

Marcilei Rossi com Assessoria

A Secretaria de Assistência Social de Pato Branco iniciou nessa quinta-feira (23) um projeto para combater a pobreza menstrual. Nesta primeira etapa, cerca de 40 mulheres atendidas nos Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do município participaram de uma aula sobre o tema no Largo da Liberdade. O objetivo é que elas aprendam a produzir absorventes ecológicos e adicionem eles às cestas básicas doadas pela instituição.

“O encontro deste dia vem a somar com as nossas ações que abrangem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que são desenvolvidos através do Cras Alvorada e do Cras do Bairro São João”, destacou Liane Cristina, chefe dos projetos e políticas sociais. “Queremos garantir ao nosso público o conhecimento e a informação quanto à preservação do meio ambiente, através da utilização dos bioabsorventes, com o intuito de dialogar sobre os aspectos da saúde da mulher, bem como os cuidados ambientais que atualmente estão em evidência no cenário mundial e nacional”.

A aula foi ministrada pela artesã Mailane Junkes Raizer da Cruz, que há sete anos produz e utiliza absor-

ventes ecológicos.

Após a aula, as mulheres devem iniciar a produção dos absorventes nos Cras a que são vinculadas, além de produzirem outros materiais nas oficinas de costura que possam ser revertidos em renda própria.

Auxiliarão nessa etapa Edna Zamboni, facilitadora do curso de feltro; Dercy Machado de Lima, com bordado em chinelo; Marlene Marcon, na costura básica; e Raquel Marques, na costura avançada.

Projeto

De acordo com as coordenadoras dos Cras São João e Alvorada, Viviane Martinello e Elaine Fátima Markoski, trabalhar este tema é olhar com sensibilidade às causas relacionadas diretamente às mulheres.

Segundo elas, é comum ocorrer pedidos de absorventes nos Cras ou de ouvir relatos que mostram o quanto a vulnerabilidade faz com que o que se tenha não seja suficiente para todo o ciclo menstrual.

Com estas medidas, o objetivo é que este gargalo seja sanado e que as mulheres tenham dignidade durante todo o período.

Este projeto iniciou ainda no mês passado, com a então secretária Barbara Padoan, que distribuiu em vários pontos da cidade caixas



Neste momento, 40 mulheres atendidas pelo Cras em Pato Branco fizeram parte do projeto

para coleta de doação de absorventes. Segundo Liane, a arrecadação será contínua para garantir o apoio durante todo o ano.

A iniciativa adotada em Pato Branco não é uma novidade em território nacional, grupos de mulheres, conselhos de direitos da mulher, associações de pais, diretores de escolas e secretarias municipais em todo o país se mobilizam para reduzir os impactos da pobreza menstrual.

As ações variam desde a coleta de absorventes, a busca de aprovação de legislações que tornem obrigatório ao Poder Público o fornecimento de itens de higiene, até oficinas de con-

fecção de absorventes com retalhos, um exemplo é o ‘Com asas ou sem asas’ desenvolvido em Florianópolis

(SC), que por conta da pandemia foi paralisado e que está sendo retomado neste mês com estudantes do 5º

Pobreza menstrual

A problemática social que envolve a pobreza menstrual passou a ganhar notoriedade quando em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o direito das mulheres à higiene menstrual, como uma situação de saúde pública e de direitos humanos. Lembrando que muitas garotas deixam de frequentar a escola durante o ciclo menstrual, e mulheres inseridas no mercado de trabalho chegam até mesmo a se ausentar do trabalho.

O tema passou a ganhar ainda mais visibilidade pelo fato de que ao mesmo tempo em que se ampliou debate sobre mitos e tabus referentes a menstruação, uma grande parcela da população não tem condições de adquirir itens básicos para a manutenção da higiene que o período exige. A isso se soma ainda o fato de que muitos produtos serem considerados como de luxo, por atenderem o universo do “mercado rosa”.

ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Governos

No fim de agosto deste ano, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou o projeto de lei 944/2019 que busca o combate da pobreza menstrual e garantia de dignidade a adolescentes e mulheres paranaenses em situação de vulnerabilidade social e econômica.

O texto fala em meio de promoção de ações de garantia da saúde básica para as adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade social e a prevenção contra riscos de doenças.

Também em agosto passado, a Câmara Federal aprovou por unanimidade o Projeto de Lei (PL) que institui um programa para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos para estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino.

A iniciativa também vai atender às mulheres em situação de rua ou em vulnerabilidade social, mulheres recolhidas em unidades do sistema penal e adolescentes em unidades de internação. A expectativa é que o projeto deve beneficiar cerca de 5,7 milhões de mulheres em todo o país. O texto agora segue para análise do Senado.



VAGAS EM PATO BRANCO

Atendente de lojas
Auxiliar administrativo
Auxiliar de cozinha
Auxiliar de expedição
Auxiliar de escritório
Consultor de vendas
Encarregado administrativo
Operador de vendas
Profissional de educação física na saúde
Vendedor de serviços
Zeladora

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

Acessibilidade é destaca em comemorações do Dia Nacional dos Surdos

Assessoria com redação

A Tribuna Livre da sessão da quarta-feira (22), da Câmara de Pato Branco, espaço destinado para participação dos cidadãos, foi utilizada por Vagner Bartokoski, para destacar o Dia Nacional dos Surdos, celebrado em 26 de setembro.

Vagner Bartokoski é surdo-mudo e fez a sua comunicação em Libras, traduzida aos presentes pela intérprete Zenaide da Rocha Fragata Miranda, que já realiza a comunicação em Libras de todas as sessões e eventos realizados pela Casa, para os cidadãos presentes e para os que acompanham por meio das redes sociais.

Ele fez um resgate da evolução da acessibilidade ao longo dos anos, em instituições públicas e privadas, nacional e municipalmente, ressaltando a atuação da

Câmara de Vereadores neste processo que, por meio da Resolução nº 6, de 11 de setembro de 2018, “estabeleceu a tradução simultânea das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes e das audiências públicas da Câmara Municipal de Pato Branco, em Libras (Língua Brasileira de Sinais), com transmissão pelo sítio eletrônico da Câmara Municipal de Pato Branco”.

Além disso, está tramitando na Casa o Projeto de Lei nº 128, de 2021, de autoria da vereadora Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV), que pretende criar uma central de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, em Pato Branco. Projeto que foi destacado por Bartokoski, como um garantidor da acessibilidade das pessoas Surdas em espaços públicos como delegacias, Unidade de Pronto



Vagner Bartokoski se manifestou na Tribuna Livre da Câmara

Atendimento (UPA), Judiciário e prefeitura.

Para ele, grandes conquistas já foram alcançadas, mas ainda muito pode ser feito para garantirmos a inclusão de todos os cidadãos, promovendo dignidade e respeito.

Surdez

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) divulgados em 2020, mais de 10 milhões de pessoas tem

algum problema relacionado a surdez, ou seja, 5% da população é surda. Entre essas pessoas, 2,7 milhões não ouvem nada. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a estimativa é de que 900 milhões de pessoas no mundo todo podem desenvolver surdez até 2050.

Em Pato Branco, somente a Associação de Surdos de Pato Branco possui aproximadamente 80 associados, de crianças a idosos.